

AS MULHERES NUM MANUSCRITO DO SÉC. XV

Maria de Lourdes Crispim

No final do *Crátilo*, Sócrates afirma temer que não "seja próprio de um homem assaz cordato entregar-se com toda a alma ao cuidado dos nomes, confiando neles e nos seus autores para afirmar como certo que sabe alguma coisa". Ainda que correndo risco de insensatez, é condição do linguista preocupar-se com esses mesmos nomes (e respectivos autores) para procurar "descobrir alguma coisa", sem se deixar cair na perplexidade do pobre Crátilo a quem, depois de arrasadora argumentação, Sócrates desafia ironicamente, ao encerrar o diálogo: "se descobrires alguma coisa, comunica-a também a mim".

Assim, o presente trabalho tem a finalidade de tentar identificar, através dos vocábulos constitutivos de um dado campo lexical, qual a *representação* do universo feminino quatrocentista que nos é transmitida por um manuscrito do séc. XV intitulado *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*.

Antes de entrar na análise do texto, gostaria de sublinhar muito sucintamente a problemática da *representação* na perspectiva do trabalho filológico e de situar no seu contexto de produção a obra aqui considerada.

O carácter representativo da linguagem, pese embora à tradição socrática, não é objecto de qualquer discussão no âmbito das teorias linguísticas modernas, antes funciona como pressuposto universalmente aceite. No entanto, o conceito de *representação*, no campo da prática filológica, complexifica-se adquirindo outras dimensões. Com efeito, porque o filólogo não trabalha com linguagem, nem sequer

O Conceito de Representação

com línguas, mas com *objectos linguísticos*, os textos, o problema da *representação* coloca-se em diferentes níveis dos quais referirei dois que considero fundamentais:

Em primeiro lugar, temos o que designarei por *nível do texto*. Constituído por um único exemplar ou por vários, o texto é, em si mesmo, um *representante*. *Representante* das suas condições de produção, *representante* do seu autor (ou, pelo menos, de algumas das suas facetas) e de "aquilo" que o autor quis *representar*, vulgarmente designado por conteúdo ou tema tratado.

Esta tríplice representação processa-se através da materialidade com que o texto nos chega e através da mensagem que este nos propõe.

Através da materialidade, porque não é indiferente, por exemplo, que o suporte seja pergaminho ou papel, que a escrita seja manuscrita ou impressa, que as letras sejam desenhadas numa forma *a* ou numa forma *b*, acompanhadas de imagens ou não. Todos concordaremos que um manuscrito em pergaminho ricamente iluminado não veicula a mesma representação de uma obra que um manuscrito em papel sem decorações. Através da mensagem, porque, dentro de um modelo clássico de comunicação, dada a distância que separa a emissão e a recepção da mensagem, entre uma instância e outra, mudaram as estratégias discursivas ou introduziram-se parasitas que obscurecem ou diluem a mensagem primordial, aquela que, supostamente, o autor produziu ou quis produzir de uma dada maneira.

Em segundo lugar, teremos o *nível dos códigos*. Os códigos aqui considerados são tanto os próprios sistemas linguísticos ou estados de língua, como os sistemas comunicativos – retóricos e socio-culturais – utilizados na produção e na recepção da mensagem. Quanto mais afastados forem os espaços e/ou os tempos dos dois momentos (produção/recepção da mensagem), maior diferença de competências linguísticas e comunicativas se pressupõe entre os intervenientes no processo de comunicação.

Nestas circunstâncias, o trabalho do filólogo, que se desejaria que fosse um trabalho de descoberta da *representação* constitutiva do texto, mais não será do que uma precária e incerta *representação* (ou *representações*) dos *representantes* que se lhe oferecem. Por outras palavras, ainda que modernamente tenha sofrido alterações, o objectivo da Filologia tem sido, historicamente, o de recuperar um TEXTO desconhecido, através dos testemunhos que no-lo transmitiram. Esta finalidade, que alguma crítica moderna tem posto em causa, revela-se uma miragem. Com efeito, sempre que da actividade filológica resulta

um *texto*, em vez da recuperação do texto perdido, o resultado mais não é, por ironia, do que um *novo texto*. Ao tentar recuperar o *arqué-tipo* elou o *original*, o trabalho filológico gera um *substituto* do texto perseguido. Este substituto, de um modo geral, constitui-se como uma soma ou uma síntese dos *textos* existentes, ou seja, como uma nova *representação*.

Assim, tendo trabalhado numa destas *representações*, que se concretizou na edição de um texto medieval¹, parto da mesma para, como referi no início, tentar estabelecer a *representação* das mulheres que, por hipótese, nos chegou através desse texto.

A escolha do objecto da *representação* aqui apresentada não foi aleatória. Com efeito, o texto em observação é uma obra didáctico-moralística que se distingue das suas congéneres da mesma época por algumas particularidades interessantes, de que destacarei:

(i) É, de uma certa maneira, uma obra no feminino. Quero com isto dizer que, da autoria ao tema, a obra se refere *a* e relaciona-se *com* mulheres: estamos perante um tratado de *educação das mulheres*, escrito originalmente em francês, no início do séc. XV (cerca de 1405), por uma mulher – Christine de Pizan² – que o dedicou a Mar-

¹ Em abono do que acabo de afirmar, trata-se de uma edição que oferece: a) uma transcrição, segundo normas explícitas e fundamentadas, de um *texto-base*, recuperável, a qualquer momento, a partir do texto editado; b) um aparato, em que são exaustivamente registadas, além das informações sobre o suporte material, todas as intervenções do editor e algumas variantes de outros textos relacionados com o texto-base. Assim, o *texto* da presente edição de *O Livro das Três Virtudes* é constituído por: **A** – uma transcrição integral do *texto* fornecido pelo manuscrito de Madrid, segundo regras de transcrição enunciadas no Cap. VII, criticamente alterado por correcções, acrescentos e supressões (sempre assinaladas), a partir da lição do impresso de 1518, das lições fornecidas pela edição crítica do texto francês publicada em 1989 e da lição transmitida pelo manuscrito de Yale. **B** – um aparato crítico em que se registam: – as versões originais dos passos intervencionados, eventualmente acompanhadas de comentários; – as intervenções do copista sobre o próprio texto; – os acidentes materiais observados no códice madrileno; – as anotações de leitura posteriormente inscritas por Luís de Borja nas margens do mesmo; – o registo das lições dos outros testemunhos (IL e TF), relativas a lugares variantes do texto-base conservados na edição, e/ou pertinentes para a sua interpretação. d) Todas as particularidades e acidentes do manuscrito – palavras ou letras riscadas, correcções, repetições, notas marginais, sublinhados – são referidas em aparato, em pé de página ou em notas finais no fim do texto editado.

² A bibliografia sobre a autora e sobre a vasta obra que deixou é abundante e as opiniões sobre a sua personalidade e valor literário algo controversas, mas não tratarei aqui desta questão. A obra, geralmente intitulada *Le Livre des Trois Vertus à l'Enseignement des Dames* nas versões manuscritas que nos chegaram (vinte e

O Conceito de Representação

guerite de Bourgogne, futura cunhada de D. Isabel de Portugal, pelo casamento desta com Philipe *le Bon*. É conhecida a actividade política e cultural de D. Isabel de Borgonha e vários indícios levam a admitir que terá estado directa ou indirectamente ligada à difusão³ do *Livre des Trois Vertus*.(ii) No mesmo século, a obra foi traduzida para português "per mandado da muito excilente e comprida de muitas vertudes Senhora, a Rainha Dona Isabel (1447-1455) molher do muito alto e muito excilente Princepe e Senhor, el Rei Dom Afonso, o quinto de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta", se acreditarmos no *incipit* do manuscrito de Madrid onde também figura o título *Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*.

Em 1518, a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, mandou imprimir uma versão parcialmente diferente da tradução, sendo o título do impresso *O Espelho de Cristina*. Como vemos, no percurso da obra, desde a redacção até à edição, o único elemento de quem desconhecemos o sexo é o tradutor.

Feita esta breve apresentação da obra, cumpre agora apresentar a metodologia seguida para determinar a *representação das mulheres* que pressupomos nela estar presente.

Um dos muitos problemas com que se debate qualquer estudioso dos textos do passado é o que poderíamos designar por problema das competências linguística (Chomsky, 1975) e comunicativa (Hymes, 1977). No que se refere à competência linguística, Rosa Virgínia de Mattos e Silva (1989), ao discutir a adequação dos modelos de descrição de sincronias do passado, observa "já que não dispomos, nessa situação, do falante nativo e de sua intuição para discernir, por exemplo, enunciados gramaticais de enunciados agramaticais, ou sobre a equivalência semântica de estruturas sintácticas distintas ou sobre a ambiguidade em suas diversas manifestações, teremos que admitir que os enunciados reproduzidos na documentação querem sempre transmitir um significado e que a estruturação do seu significante está de acordo com as regras vigentes na época". O corolário desta constatação será que, na falta da *competência linguística*, a gramática da sincronia em estudo terá de ser deduzida a partir dos testemunhos remanescentes. Se considerarmos que o problema da *competência comunicativa* se poderá colocar de modo idêntico, será também a

um exemplares), recebe o nome de *Le Trésor de la Cité des Dames*, no incunábulo de 1497 e nas duas edições quinhentistas.

³ V. CRISPIM (1995), Cap.s I e III.

partir dos testemunhos que poderemos inferir alguns traços estilísticos e socio-culturais pertencentes ao contexto de produção.

Nesta perspectiva, uma das abordagens possíveis é a da análise do texto considerado como um *discurso*, entendendo por discurso uma produção linguística contextualizada, isto é, condicionada por factores extra-linguísticos que nela deixam marcas susceptíveis de identificação.

A hipótese de identificação de traços extra-linguísticos (particularmente ideológicos) através da análise de discursos esteve na origem da formação do grupo francês de Análise Automática do Discurso (ADD) que, desde os fins da década de 60 (*Langages* 13, 1969), tem produzido trabalhos de análise de discursos políticos recorrendo, nomeadamente, à lexicometria (*Langages* 62, 1981; 71, 1983; 81, 1986). O campo da Análise do Discurso está longe de constituir um domínio teórico coeso ou, sequer, homogéneo, mesmo restringindo-nos à Europa. Encontram-se sob esta etiqueta orientações teóricas diversas e definições de objectos de estudo distintos. A análise que se segue inspirou-se nos princípios da AD praticada pelo grupo acima referido, pressupondo que, relativamente ao passado, para o qual nos faltam elementos extra-linguísticos de descodificação, o processo de descoberta desses elementos passa necessariamente pela análise dos textos onde, por hipótese, eles deixaram vestígios.

Assim, dado que estamos perante uma obra cujo objectivo explícito é o de *ensinar* as mulheres – "A todo o colegio femenino [...] seja noteficado o sermom e liçom de sapiençia [...] Primeiramente aas Rainhas e princesas e outras Senhoras. Desi seguindo de graao em graao cantaremos semelhavenmente nossa doutrina em todos los estados das molheres" (I, 1) – parece legítimo procurar determinar que imagem ou *representação* das mesmas podemos formar a partir do texto.

Para isso, a partir da edição do manuscrito, foi constituído um *corpus* que corresponde ao conjunto de designações portadoras dos traços [+Hum, +Fem] que ocupam um determinado lugar na grelha argumental do verbo *ensinar*.

Esta grelha foi construída do seguinte modo: dado que, como figura no próprio título, o texto se destina à "inssinança", este arcaísmo foi considerado como representante de um "campo nocional" necessariamente presente no texto. Sendo "inssinança" um nome deverbal, foi criada uma classe de equivalência através da paráfrase "aquilo que é ensinado". O verbo "ensinar", por sua vez, apresenta a estrutura argumental X (agente), Y (tema), Z (alvo), sendo o alvo, neste texto, explicitamente [+Hum, +Fem]. De resto, a exclusividade do alvo é reiterada em vários passos do texto, como, por ex., no cap.

O Conceito de Representação

XIII da I Parte onde diz "nossa doutrina nom se endereça aos homeens ainda que a todos fosse necessario seer ensinados. Mas porque falamos soamente aas mulheres [...]".

Com base numa concordância previamente realizada, foram seleccionados todos os vocábulos com os traços [+Nome, +Hum, +Fem], considerando que estes vocábulos constituem um *campo lexical* definido como conjunto das designações de MULHER no *Livro das Três Virtudes* (versão manuscrita)⁴.

A análise deste campo lexical poderá, por hipótese, fornecer dados sobre o universo feminino alvo da "inssinança" e permitir, por comparação com a actualidade, construir uma representação cronologicamente situada desse mesmo universo.

A versão manuscrita do *Livro das Três Virtudes* contém cerca de 6.650 palavras diferentes. Dado que a contagem é feita a partir de uma leitura paleográfica que regista todas as variações gráficas, o número real de vocábulos diferentes é inferior. Deste acervo foram retirados, como foi dito, as formas [+Nome, +Hum, +Fem] (excluindo os nomes próprios) que perfazem um total de cerca de 1.000 ocorrências, distribuídas por 41 vocábulos diferentes como se pode ver pelo quadro seguinte, em que usamos a ortografia moderna e lematizamos no singular:

mulher	301	baronesa	5
senhora	275	dama	5
princesa	138	religiosa	5
donzela	46	fazendeira	4
dona	30	parida	3
manceba	27	comadre	3
filha	23	companheira	3
rainha	22	abadessa	2
madre	17	burguesa	2
virgem	16	caseeira	2
servidor	15	pecadora	2
velha	15	parenta	2
moça	13	emperatrizes	2
camareira	11	estalajadeira	2
ançã	9	serva	2
duquesa	9	ospeda	1

⁴ A versão impressa, sendo parcialmente diferente, pode não oferecer exactamente as mesmas ocorrências dos vocábulos.

As Mulheres num Manuscrito do Séc. XV

mezquinha	9	prioressa	1
cidadã	7	diessa	1
condessa	7	madrasta	1
viúva	7	monja	1
irmã	6	mestressa	1
amiga	5	vizinha	1

Partindo desta listagem de vocábulos, foram feitos os levantamentos dos contextos em que os mesmos ocorrem, estabelecidas as relações entre os diferentes vocábulos e entre os significados destes e os significados actuais. Desta análise contrastiva deduzimos que:

1. Muitas designações mantêm no português actual os significados atestados no *corpus*, embora haja alguns contextos insuficientes para determinar se as acepções são idênticas. É o caso de *comadre* – "vesitando amiude comadres" (III, 8), "as outras camareiras da rua que som do lemite e do convite e outras comadres" (III, 9), "o parentesco e as assuãdas que com muitas comadres ha em na vila" (id.) –, *companheira* – "havendo soo ociosidade por companheira" (I, 1), "eu ouvi dizer a foãã tal cousa doutra sua companheira" (II, 8) – e *vizinha* – "dizer não o deve a vezinho nem a vezinha" (II, 13).

2. Alguns vocábulos já não são usuais no português contemporâneo: *diessa*, *mestressa*, *fazendeira*, *camareira*, *caseira*, *serva*, *manceba*.; ou sofreram alterações morfológicas, como *servidor* – "tal reposta deve dar a booa seruidor em tal caso a sua Senhora" (II, 2) – e *parenta* – "levando consigo filhos e parentas" (I, 11), "na corte haja outras de maior estado e suas parentas" (I, 24).

3. Algumas palavras, das mais frequentes, apresentam vários acepções das quais algumas se mantêm no português moderno, outras revelam marcas que se relacionam com a estrutura social do tempo. É o que acontece com *mulher*, *dona*, *donzela*.

Assim, partindo do vocábulo mais frequente, *mulher*, podemos observar o seguinte:

- 1) Apresenta acepções que se mantêm no Português actual
 - a de oposto ao masculino como objecto da criação divina – "deos [...] depois fez o homem e a *molher* e as outras animalias" (I, 1)
 - a de oposto ao masculino dentro do género humano – "porque tu homem e *molher* se quiseses seer bem nenbrado da miseria do teu nascimento." (II, 12);
 - a de elemento feminino do casal, oposto a marido – "os malditos maridos [...] E que as suas *molheres* ham-d'ir diante das outras [...]"

O Conceito de Representação

E nom querem soportar que as *molheres* dos outros vaam diante das suas" (II,12); "Raynha dona Isabel *molher* do muito alto e muito excelente princepe e Senhor El Rey dom Afonso o quinto" (Incipit);

- a de designação genérica de sexo feminino – "Serimonias que fazem muitas *molheres* quando som em as companhias das vodas ou em outro qualquer ajuntamento" (II,12).

Neste sentido engloba as mulheres de todas as classes sociais ou "estados" – "o segundo ponto que as *molheres* devem teer que é como se devem guardar de fazerem grandes gasalhados aos homeens"(II,3); "E porque a nenhüüa *molher* nom he tanta honra deuida como aas Senhoras e princesas" (id.).

2) Figura em contextos em que adquire sentidos desaparecidos no Português actual ou refere realidades hoje inexistentes:

- Relacionada com "princesa" ou "grande senhora" tem o sentido aproximado de "aia" quando, de um modo geral, a palavra aparece complementada por "de corte", "de paaço", "de ssua casa" e/ou especificada pelo possessivo. Ex. "como as mulheres de corte se devem guardar de dizer mal de suas Senhoras" (II,7).

Na corte existem, porém, vários estatutos entre as mulheres que se encontram ao serviço das "princesas" ou "grandes senhoras" como vemos em: "Assaz de mulheres de corte ha pelo mundo de desvairados estados" (II,7). As "mulheres de corte" referem, por oposição a "dona ou donzella de corte" um estatuto inferior: "Mas todavia a booa dona ou donzela ou outra mulher de corte que quiser usar de booa conciencia amara o bem e a honra de sua Senhora" (id.).

- Por oposição a "princesas" e "mulheres de corte" temos as "mulheres d'estado": "começa a terceira e derradeira parte daqueste livro a qual se enderença aas mulheres d'estado de boas villas e aas borjesas" (III,1); "O principio desta terceira parte, seguindo as peegadas das prínçesas que andam diante e, depois, as Senhoras e donzelas da corte e de fora dela, nos convem [...] falar das mulheres d'estado das cidades, *scilicet*, das que som casadas com leterados de conselho de Rex ou de princepes ou ofeçiaaes do guardamento da Justiça ou doutros diversos ofícios. Isso meesmo aaquelas que som casadas com cidadããos de cidades ou boas vilas que em algüüas terras som chamados nobres quando som de linhajeos antigas" (id.).

As "cidadããs das boas villas e cidades" recebem o "estado" pelos cargos dos seus maridos. As que moram fora das cidades, recembem-no, com o título de baronesas, pela posse da terra: "muito é grande o

poder dalgüüs barões por causa de sua terra, donde as mulheres tomam o estado" (II,9); "muitas poderosas Senhoras assi como baronesas e outras que teem grandes terras" (id.).

• No fim da escala social surgem as "mulheres do comüü pouvo" ou seja, as "mulheres dos mercadores", as "mulheres veuvas", "as mulheres dos mesteres", "as mulheres servidores ou servas da casa" e, por último, "as mulheres dos lavradores" que são as "simpreses" ou "simpresinhas mulheres" que vivem nas aldeias e cuja vida é já, por si só, um serviço de Deus que deverá conduzir ao Paraíso.

É a vida que, logo no início da obra, a princesa deveria desejar para não se deixar vencer pelas tentações, especialmente pela soberba.

Para além deste emprego referencial em relação directa com a estrutura da sociedade medieval, é ainda o termo mulher utilizado como suporte para outras designações de grupos indirectamente hierarquizados – o das religiosas, o das mancebas, o das velhas, o das mulheres castas e honestas e o das de "sandia vida".

O segundo vocábulo mais frequente no texto é "Senhora/Senhoras". As "Senhoras" pertencem sempre à corte, são "altas" ou "grandes" e, quando encarregadas da educação das princesas ou de as acompanhar e aconselhar, "donas e/ou donzellas" devem ser sempre "sages" e, de preferência, de idade e "sesudas". São "grandes Senhoras" não só as princesas, rainhas, emperatrizes, mas também as duquesas e condessas e algumas "mulheres d'estado". Não são "Senhoras" as "burjesas" nem as outras "mulheres", ainda que tentem parecê-lo pelo modo de vestir. Neste campo reina grande "desordenança" contra a qual as Três Virtudes, pela pena de sua "servidor", Cristina, se insurgem fortemente.

"Princesa/Princesas" é o termo mais genérico para designar as senhoras do "mais alto estado", daquele estado a que pertencem igualmente as emperatrizes, as rainhas e as duquesas como explica cuidadosamente Christine de Pizan, a propósito das baronesas: "ainda que nom sejam chamadas prinçesas, o qual nome nom perteece senom aas empertrizes, rainhas e duquesas, se nom som algüüas que som casadas com aquelles que per causa de suas terras som chamados princepes, assi como ha em Italia e em outras partes. E ainda que as condessas em toda parte nom sejam nomeadas princesas, porque elas seguem o renque das duquesas, segundo a denidade das terras, entendemos em ela o nome das prinçesas" (II, 9).

No que diz respeito aos ensinamentos de que as mulheres são alvo, a maior parte da obra é dedicada à "insinança" das princesas,

O Conceito de Representação

porque elas, se bem ensinadas, servirão de exemplo às outras em tudo o que é comum à condição de mulher. Algumas coisas, porém, só à princesa dizem respeito, pois só ela tem os meios e as condições – dar esmolas e doações, honrar os visitantes, consolar os necessitados, ser "avogada" e medeaneira entre o príncipe e o povo, evitar a guerra e a opressão dos humildes. Mas sempre em "guardando a honra de seu Senhor".

A obediência e amor ao marido, é, depois do amor e temor de Deus, a principal "insinância" que "Prudência mundana" dá, não só às princesas como a todas as mulheres. Mesmo quando os maridos são maus e perversos. Por isso não vêem as Três Senhoras qualquer vantagem em que as viúvas voltem a casar, embora o "estado da viuvez" seja dos mais duros. Maridos ou não, humildes ou poderosos, os homens não são muito apreciados nesta obra. Deles se devem afastar as mulheres que "amam boa nomeada" porque neles sempre existe a vontade de as enganar. E se o marido for "de maaos costumes perverso e aspero e de pouco amor contra sua molher de qualquer estado que ella seja, ou se desama em amor doutra molher, ou de muitas, [...] Hüüa vez o amoestara per devoiçom, outra per piedade que deve haver dela, outra vez em riindo como se jogatasse com ele. E com esto lho fara dizer per boas persoas e per seu confessor. [...] E, quando ela houver este caminho levado hüü tempo e vir que ele se nom quer enmendar, seu socorro sera a Deos e trabalhara de se poer em paz sem lhe mais fallar".

Como podemos ver, o universo feminino presente no *Livro das Tres Vertudes* é constituído por um conjunto hierarquizado de mulheres que se distinguem pelo seu *estado*:

Princesas / Rainhas / Imperatrizes / Duquesas

Donas / Donzelas / Mulheres de corte

Mulheres de estado / Baronesas

Burguesas

Mulheres do povo

O estado, definidor da inserção social, não é, em nenhum caso, atributo adquirido por mérito próprio, mas depende da linhagem ou do casamento. Mesmo as mais altas princesas devem ter consciência de da sua condição: "Torna-te ao *Senhor* teu *Deos*! E conhece que és hüüa simprez molherzinha, que não hás força, poder, nem autoridade, se d'outrem te nom vem!" (I, 2). Assim, nenhum dos ensinamentos dados às mulheres visam qualquer mudança de estado. Bem ou mal

nascidas, bem ou mal casadas, elas deverão ser humildes, obedientes, gentis, honestas, generosas e, sobretudo, pacientes. Por "tais modos haver" serão dignas de fazer parte da "Cidade Gloriosa" já anteriormente descrita por Christine de Pizan na obra intitulada *La Cité des Dames*.

Bibliografia

Langages 13, 1969.

Langages 62, 1981.

Langages 71, 1983.

Langages 81, 1986.

CHOMSKY, Noam (1975) – *Reflections on Language*. Temple Smith, Londres.

CRISPIM, Maria de Lourdes (1995). *Christine de Pizan. O Livro das Tres Vertudes ou O Espelho de Cristina*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

HYMES, Dell (1977) – *Foundations in Sociolinguistics*. Tavistock, Londres.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) – *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

PISAN, Christine de (1987). *O Espelho de Cristina*. Ed. fac-similada. Lisboa, Biblioteca Nacional.

WILLARD Charity Cannon (1989). *Christine de Pizan. Le Livre des Trois Vertus*. Ed. critique. Paris, Honoré Champion.